

# No ringue da política, ganha quem bate mais

Com quatro ou cinco anos para Sarney, os preparativos e os embates para a disputa final que elegerá o novo presidente já começaram e prometem ser cada vez mais acirrados. Para os que querem chegar lá, um dos maiores especialistas em marketing político do País, Ney Lima Figueiredo, mostra alguns caminhos que levaram políticos e empresários a alcançar a vitória na disputa pelo voto.

O autor de "Direto ao Poder", best-seller da política lançado pela Cartgraf, em 1986, desfaz, logo de início, o mito de que exista uma estratégia imbatível, que, sempre que aplicada, dê a vitória a um determinado candidato. Cada jogo é um jogo, embora em nossa política reinem princípios tão arraigados que possam ser considerados permanentes. A história política de Jânio Quadros, com sucessivas vitórias, por exemplo, mostra certas técnicas e princípios presentes desde sua eleição para vereador".

A campanha política, segundo Ney Figueiredo, não pode ter o caráter de uma cruzada, de uma campanha de justiça. Ela é, na realidade, "uma operação de guerra, onde tudo é permitido, menos perder". O caráter obsessivo de uma campanha, observa, leva aqueles que nela se envolvem a repelir qualquer fator externo que ameace a vitória. Assim, todo e qualquer ataque ao adversário, justo ou não, passa a ser aplaudido. E, qualquer triunfo do adversário passa a ser encarado como uma ameaça à sobrevivência.

A moderna tecnologia e os quase infinitos recursos das telecomunicações podem dar contribuição importante e, em determinados momentos e circunstâncias, até decisiva na campanha de um candidato. Mas, alerta, se as campanhas transformarem-se em meros exercícios de marketing, nas quais os candidatos são vendidos como produtos de consumo, essa estratégia pode levar ao fracasso. O candidato não é um produto e o povo não é idólatra nem tampouco o consumidor.

Entre os passos que considera importantes, numa campanha, está a elaboração de uma pesquisa séria, capaz de captar os anseios, desejos e expectativas do eleitor. Com base na interpretação correta dessa pesquisa, o candidato deve definir as linhas básicas da campanha, seja a eleição aberta ou fechada. "Um candidato, contudo, não pode", em função dos resultados da pesquisa, contrariar toda a sua história e começar a incorporar em seu discurso contradições em relação a seu passado. Tal atitude tornaria seu discurso frágil, aspecto que fatalmente seria explorado pelos adversários e mesmo pela imprensa. Coerência e autenticidade, sob esse aspecto, são fundamentais. "Quem nasceu em berço de ouro também não pode, de um momento para outro, querer se portar como líder dos favelados, embora possa mostrar sua preocupação com o problema da miséria e propor soluções para erradicá-la".

No jogo da política, o autor de "Direto ao Poder" lembra que é mais fácil incitar as pessoas contra algo do que a seu favor. Quando um candidato fala de si e do que pretende fazer está, na verdade, realizando apenas metade do trabalho. A outra tem que ser realizada no quintal do adversário. Ele tem que mostrar ao eleitor não só porque merece seu voto mas, também, porque o outro candidato não merece. Se vender ao público a ideia de que ele é o melhor e que seu oponente não é um



Ney Figueiredo

bom candidato, então estará fazendo o trabalho completo. A inevitável comparação dos candidatos, pelo eleitor, deve ser abastecida com tudo o que é a seu favor e tudo o que é contra o adversário.

Carlos Lacerda e o próprio Jânio Quadros fizeram dos inimigos visíveis e invisíveis trampolins de suas vitórias, lembrou. Recorda ainda que o general Eisenhower, certamente um dos mais admirados presidentes americanos dos últimos tempos, foi reeleito, em 1956, com apenas 55% dos votos. Já Lyndon Johnson, Nixon e Reagan, políticos sem carisma, reelegeram-se com mais de 60% dos votos porque conseguiram convencer a opinião pública de que seus oponentes não seriam bons presidentes. E, fundamental, numa eleição, mostrar que o adversário não está a altura do cargo que disputa.

O ataque, contudo, alerta, nem sempre deve ser frontal. É preciso passar a sensação de que isso é desagradável, mas um mal necessário para esclarecer o eleitor.

Rebater acusações, em política, não é tarefa fácil, avisa Ney Figueiredo. "É preferível passar logo ao contra-ataque e buscar inverter posições, mostrando que o ataque desferido pelo adversário se deve a razões menores, quando não, sórdidas, em função do desespero pela iminente perda da eleição. É o que se chama do "jiu-jitsu" político. Às vezes convém que não seja desferido pelo próprio candidato, mas por pessoa ligada diretamente a ele e em evidência.

Carlos Lacerda, observou, foi um verdadeiro mestre do "jiu-jitsu" político. "Sempre bem informado, antecipava-se aos acusadores, descobrindo os ataques que iriam fazer. Ia para os jornais e a televisão e transformava a futura acusação em pontos a seu favor. Foi assim com o triplex que construiu, na Praia do Flamengo, infringindo leis e regulamentos municipais e, mais tarde, com o filho, que iria ser acusado de corrupção. Devolvia as acusações de modo feroz".

Um candidato talentoso, assinala, usa pontos fracos que podem ser alvos de críticas, a seu favor. Um episódio antológico que confirma essa asserção se deu no Rio Grande do Norte e foi praticado por Agenor Maria na disputa para o Senado, em 74. Agenor havia sido convidado para um debate com Djalma Maranhão e este disse que não iria, porque Agenor estava muito velho para que se pudesse ensinar alguma coisa a ele, além de ser muito ignorante. Agenor assumiu que era iletrado e pouco culto, dizendo: "Eu não temo a cultura de Djalma Maranhão. Não estou disputando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, mas uma vaga de representante do povo. O que interessa a mim não é discutir literatura francesa, nem os autores estrangeiros, mas sim o arrocho salarial e a marginalização do homem do campo. Sua deficiência, reconhecida de forma inteli-

gente, inverteu o jogo, contribuindo para a vitória nas urnas.

Fernando Henrique Cardoso assumiu publicamente uma posição extremamente antipática à índole do nosso povo, quando indagado na televisão se acreditava em Deus. A confissão de seu ateísmo lhe valeu a perda de votos essenciais na acirrada disputa que martinha com Jânio Quadros pela Prefeitura paulista, às vésperas das últimas eleições. Para alguns, o episódio foi fatal.

Mais alguns conselhos desse expert em política:

— Relembro Napoleão: nunca interfira com um inimigo quando ele estiver em processo de auto-destruição. Quando ele estiver se enterrando, deixe que faça o serviço sozinho;

— A escolha bem feita de um slogan, que dê ao eleitorado uma ideia sintética do programa de um candidato, é importante. Mas é perigoso fundamentar uma campanha num único tema central, a menos que se tenha absoluta certeza de sua aceitação pela maioria do eleitorado. Um erro nessa escolha pode representar suicídio eleitoral.

— Humor e ironia dão muito certo nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, vale o passionalismo. Preferimos a tragédia. O humor pode dar certo, mas requer muito talento.

— Nas relações com a imprensa, o melhor jogo é o da verdade. O candidato pode até recusar-se a falar sobre algum assunto, mas deve estar sempre disponível e não mentir;

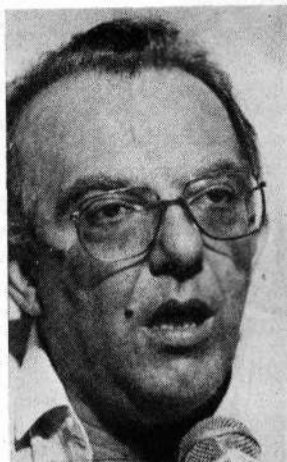
— A forma de tratar os outros, especialmente a família e os assessores, é um ingrediente muito forte no tempero que forma a imagem do candidato que o jornalista terá a escrever ou produzir suas matérias.

— Não existem perguntas agressivas ou incômodas para um candidato. Se entrou no jogo eleitoral, deve estar preparado para enfrentá-las, encarando-as como naturais;

— Candidato que se recusa a participar de debates, aos olhos do público não está preparado para o cargo que deseja ocupar;

— Num debate pela televisão, porém, é preciso alguns cuidados elementares: a TV sempre luta com o problema tempo. Não dá para fazer discurso. É preciso ser enfático nos pontos principais do seu programa político, mas saber apresentá-lo em poucas palavras e rapidamente. Para isso, é preciso estar familiarizado com os pontos básicos da campanha e os assuntos em evidência. Um treinamento prévio com uma boa assessoria não é dispensável; as regras do debate devem ser previamente conhecidas, assim como os pontos que serão abordados. Um debate tem três fases que colocam o candidato em evidência: antes, durante e depois dele. As três devem ter cuidados especiais. A televisão não tem, sozinha, o poder de derrotar um candidato, mas pode contribuir bastante para isso apenas por ignorá-lo. Temos, no Brasil, casos de derrotas e vitórias de candidatos, com ou sem o apoio dos veículos de comunicação. De qualquer forma, é um veículo poderoso e, por menor que seja audiência de uma emissora de televisão ou de um programa, certamente haverá mais pessoas assistindo o candidato do que em seus cômodos nos bairros.

— É necessário que se crie um clima de vitória, independente, da certeza se seremos vitoriosos ou não. Apenas alguns poucos brasileiros, com uma dose um pouco exagerada de ideologia, gostam de votar em candidatos sem perspectivas.



Henrique Santillo

## Santillo acha que seu plano agora é viável

Da Sucursal

Goiania — Para o governador de Goiás, Henrique Santillo, a votação de terça-feira indica claramente que a Assembleia Nacional Constituinte fixará em cinco anos o mandato do presidente Sarney. Diante da definição institucional Sarney ganhará maior estabilidade política e condições de governabilidade o que facilitará, no entender de Santillo, a adoção e implementação do programa de emergência. O esboço desse plano deverá ser levado ao Presidente por Santillo já na próxima semana. O governador goiano, que também propõe um governo de coalizão nacional para completar-se o processo de transição democrática, alerta para que os partidos não busquem, nesse momento, posições por mero fisiologismo.

Quando à opção pelo presidencialismo "não há o que discutir", afirma Henrique Santillo, que vê as decisões da Constituinte dentro do aspecto de soberania e de aceitação democrática. Assegura que o mandato presidencial deve ser mesmo de cinco anos e que a pior hipótese seria o presidencialismo com quatro anos. "Mesmo com o presidencialismo deveremos continuar buscando a modernização do país".

A fixação do mandato de Sarney em quatro anos, segundo Santillo, implicaria na eclosão imediata de uma campanha eleitoral "e nossa economia ficaria incontrolável. Disso não tenho dúvidas. Nós estamos num processo de transição democrática. Não é o caso de uma democracia consolidada, onde não haveria problema algum em caso de uma crise econômica. Pelo contrário ela iria até influenciar no resultado das eleições para procura de novos caminhos, mas estamos ainda num processo de transição democrática; que precisa ter fim. Por isso prego a necessidade, para concluir essa transição, do plano emergencial na área econômica e um governo de coalizão nacional".

Ele preferiu não aprofundar-se na análise de uma possível reforma ministerial a partir do resultado da votação de anteontem, assinalando, que a questão diz respeito ao Presidente. Como, no entanto, Sarney poderia acatar a tese da coalizão nacional, poderia fazer algumas alterações da equipe ministerial. Santillo faz uma advertência: "Não vai caber aos partidos procurar um processo de luta interna para ocupar espaços no futuro governo. Se isso acontecer o governo fracassa qualquer plano emergencial".

Santillo disse ainda que a coesão mostrada pelos governadores quando dos entendimentos para a votação do sistema de governo deve ajudar também na questão do plano emergencial — o que deverá pelo menos estancar esse processo de instabilidade econômica.

# Líder quer votar mandato já

## E tenta inverter pauta para definir situação de Sarney

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), defendeu ontem a inversão da pauta de votação do Capítulo II (Poder Executivo). Em sua opinião, o mandato do presidente José Sarney, incluído nas Disposições Transitórias, deveria ser apreciado imediatamente após as votações do regime de governo e dos mandatos dos futuros presidentes da República, por se tratar de matéria correlata.

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), autor da emenda presidencialista, também defendeu a inversão. Argumentou que o Regimento Interno da Constituinte é omissivo quanto à votação das Disposições Transitórias, referindo-se, apenas, às votações dos Títulos e Capítulos. Sendo assim, o senador assegurou que a Constituinte pode se valer do Regimento Interno do Senado Federal, no qual a inversão da pauta é utilizada como um recurso legal.

Mas a principal justificativa para que o mandato do presidente José Sarney seja apreciado ainda durante as votações do Capítulo II é

para que se coloque um ponto final nessa discussão. Para o senador Humberto Lucena, a votação traria mais tranqüilidade para o País, e mais agilidade aos trabalhos da Assembleia Constituinte.

O líder Carlos Sant'Anna disse que já entregou ao deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, um requerimento de preferência para a votação do mandato do presidente Sarney. "Esse requerimento foi feito em setembro do ano passado, mas não houve resposta".

Acrescentou ainda que a inversão da pauta de votação não implicará a mudança do Regimento Interno da Constituinte, já que o assunto é correlato às matérias em votação no Capítulo do Poder Executivo. Entretanto, garantiu que os presidencialistas não querem apressar essa votação numa tentativa de garantir a vitória de cinco anos para Sarney. "Danço conforme a música, mesmo porque o importante é que vamos ganhar novamente".

VETO

O líder do PMDB na

Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP) rejeitou a proposta de inversão da pauta feita por Sant'Anna e Lucena. Lembrou que, ainda no ano passado, a inversão da pauta foi negociada pelo seu partido sem receber qualquer apoio da maioria da Constituinte. "Mudar agora não faz o menor sentido", afirmou.

O senador paulista assegurou também que o Regimento Interno da Constituinte, redigido pelo Centro e aprovado no início desse ano, impede a inversão da pauta de votação (inciso 3 do artigo 9º), através de requerimento de preferência de uma matéria sobre a outra. A votação tem de ser realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e respectivos artigos.

O constituinte Basílio Viliani (PMDB-PR), um dos coordenadores do Centro, embora concorde com a inversão, disse que as esquadras não concordarão com a proposta que, em sua opinião, teria que ser aprovada pela maioria da Assembleia.

# Parlamentaristas tentaram casuísmo, acusa presidente

LEONARDO MOTA NETO  
Repórter Especial

O sistema de governo não podia ser mudado casuisticamente, declarou o presidente José Sarney, em carta dirigida ao jurista Sobral Pinto no último domingo, mas só ontem divulgada. "Final", justificou, "o regime atual tem 100 anos e não pode ser trocado sem que o povo entenda por que o fizeram". Sarney escreveu a Sobral Pinto depois que o jurista encaminhara carta ao *Jornal do Brasil*, respondendo a editorial que considera ilegítimo o mandato do Presidente.

O presidente Sarney não quis pressionar os constituintes com a divulgação antecipada de sua carta a Sobral Pinto. Hoje revela da com exclusividade pelo *CORREIO BRAZILIENSE*. Mostra-se um Presidente solícito, sereno e já seguro de sua vitória dois dias depois, no plenário da Constituinte. A carta fora levada ao Rio, em mãos do jurista, pelo governador

José Aparecido de Oliveira, em missão especial do Presidente da República, e é resposta a uma correspondência que lhe enviou Sobral Pinto em 22 de fevereiro último.

Nela, Sarney acusa as emendas apresentadas à Constituinte de consagrarem "um sistema assembleísta, sem dissolução do Congresso e sem acoplamento a um sistema distrital, sem o qual não funcionará o regime parlamentar. Alguns mecanismos foram propostos, mas todos destinados a burlar os mecanismos fundamentais do parlamentarismo", acrescentou.

Na carta, Sarney revela um dado que ficará para os historiadores do futuro como uma das zonas de sombra da transição. É a explicação dos motivos pelos quais abriu mão de um ano de mandato.

Para memória do futuro — afirma o presidente — permita-me registrar que jamais pretendi o mandato de cinco anos por motivos

personais". Informa, em seguida, que o havia feito "para abreviar a transição democrática".

O Presidente, na verdade, já escreve suas memórias. Ganhou o que deveria ganhar. Agora, terá que cuidar da transição dos seus arquivos e avivar seus pontos obscuros. A carta a Sobral Pinto é um marco nesse comportamento. O Presidente começa a explicar a transição, tanto quanto explicou a um confidente, na noite de Natal passado, por que não bateu na mesa, como lhe pedem amigos e familiares.

Tomando a Bíblia, no evangelho de São Marcos (que fala da tolerância), e mostrando os retratos amarelados de seus maiores, o Presidente da República, por gestos e símbolos, indicava o porquê de seu comportamento. Não precisava de palavras. Se tivesse batido na mesa, provavelmente não teria chegado ao presidencialismo com cinco anos. Certamente teria feito carreira de exilado nos limites da liberdade.